COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO ALTO TIETÊ

A T A RESUMIDA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 13 DE ABRIL DE 2006

LOCAL: RUA BOA VISTA, Nº 170 – 2º. subsolo - Edifício Cidade I, Bloco A, Sé, na cidade de São Paulo

Aos treze de abril de 2006, às 14:00 horas, reuniram-se na Rua Boa Vista, nº 170, 2º. subsolo no Edifício Cidade I, Bloco A, Sé, na cidade de São Paulo, os representantes e convidados do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido em Ofício Circular do CBH-AT. O Sr. Junji Abe, Presidente do CBH-AT cumprimentou a todos, dando as boas vindas. Em inversão de pauta o Sr. Júlio Cerqueira César, Presidente da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, apresentou o plano de trabalho da Agência da Bacia, que, como disse o Sr. Secretário Executivo do Comitê, Márcio Corrêa Ribeiro, seria remetido à Câmara Técnica de Planejamento e Gestão-CT-PG para avaliação e posteriormente submetido à apreciação do plenário. Dentre os vários pontos importantes do plano de trabalho destacamos: o plano seria também apresentado ao Conselho Curador da Agência da Bacia. Incluía a consolidação da Agência da Bacia prevendo estudos e projetos para obtenção de recursos para seu funcionamento enquanto não fosse efetivada a cobrança pelo uso da água. Participação na regulamentação da lei 12183/05 da cobrança pelo uso da água e projeto para sua aplicação na bacia do Alto Tietê com o desenvolvimento do plano da cobrança. Apoio ao desenvolvimento institucional do Comitê e Subcomitês. Análise das propostas e desenvolvimento de cursos e oficinas para desenvolvimentos de projetos do FEHIDRO. Apoio aos órgãos de licenciamento ambiental, responsáveis pela outorga do uso da água. Apoio aos estudos das Prefeituras Municipais e DAEE em relação ao cumprimento das vazões de restrição. Plano de controle à erosão, assoreamento, e integração dos planos diretores Municipais. Atualização do Plano da Bacia, que já fora contratado. Projeto de regulamentação da lei 9146/95 de contrapartida às Prefeituras Municipais que abrigavam reservatório. Desenvolvimento do projeto ´Poço Legal´ para regularização do uso da águas subterrâneas. Proteção dos mananciais e estruturas de drenagem. Estudos e ações para controle da expansão da mancha urbana na RMSP. Organização da Agência para cumprir a lei 12233 do Guarapiranga. Estabelecimento de políticas de uso e ocupação do solo das subbacias Jaguary e Juquiá. Proteção especial à subbacia Billings à montante da área urbanizada. Abastecimento de água, tentativa de organização integrada das estruturas hidráulicas da bacia, envolvendo além dos problemas de quantidade os de qualidade, inclusive nas estruturas de captação e reservação. Aproveitamento do reservatório França. Acompanhamento e apoio na execução dos PDPAs e LEs dos quatro Subcomitês, ressaltando para o Subcomitê Cabeceiras garantindo a vazão de restrição na barragem da Penha. Reuso e controle de perdas, gestão de demanda. Retomada do plano de macro drenagem da RMSP. Reorientar e retomar o programa de piscinões à jusante da barragem da Penha, incluindo a preocupação de sistemas permanentes de manutenção e operação. Implantação de programas permanentes para evitar o assoreamento e ações para reduzir a erosão. Participar do programa de discussão do rodoanel. E destacou que os dois grandes problemas da bacia, eram a expansão da mancha urbana e dos esgotos. O Sr. Presidente solicitou que votassem a aprovação da Ata da reunião anterior em outra oportunidade devido a falta de quórum regimental e o Sr. Gérson, IPT, solicitou correção de redação, constando o órgão IPT como representante do segmento Governo do Estado. No item informe, o Sr. Secretário relatou que reunia-se com os Secretários Executivos dos Subcomitês mantendo-os informados sobre o andamento da regulamentação da cobrança pelo uso da água e se preciso requisitaria ao CORHI apresentação em plenário para os integrantes do Comitê. A Agência da Bacia, responsável pela cobrança, também foi convidada e participou de todas as reuniões inclusive na proposição de emendas que foram submetidas às CTs e ao CRH. Informou também sobre o evento de lançamento do programa SINFEHIDRO II para modernização de acompanhamento dos contratos do FEHIDRO. O Sr. Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do COFEHIDRO, Conselheiro do Comitê do Alto Tietê explicou com mais detalhes. Destacamos: Que o sistema continuaria sendo uma base de dados pela internet. Visando diminuir os papéis não seria mais necessário enviar documentos como a declaração de contrapartida, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e o TR, que passariam a ser documentos eletrônicos. No primeiro

momento as Secretarias Executivas digitariam os dados mas depois o próprio tomador preencheria as planilhas. O Sr. Roberto Terassi, segmento sociedade civil pela entidade ACISE, reiterou a necessidade de elaborarem o calendário anual de reuniões do CBH-AT até o final do mandato da atual gestão e o Sr. Secretário disse que já havia sido proposto como tema de pauta para a próxima reunião da CT-PG. O Sr. Presidente solicitou que constasse também que o membro titular não podendo comparecer em tempo hábil determinasse o comparecimento do suplente. O Sr. Secretário lembrou que de acordo com o estatuto do Comitê a ausência por três vezes seguidas implicava na substituição do titular, podendo até mesmo ser substituída a própria Entidade. O Sr. Presidente solicitou que o Sr. Secretário fizesse a exposição da matéria ´deliberação nº. 03/06´ para deliberação, mas não para votação, até o surgimento de quórum. O tema foi objeto da primeira reunião da CT-PG. Em 2005 havia a proposta de levar em considerações as propostas de revisão feita pelo CORHI e aprovada pelo CRH, na reclassificação para 8 grandes PDCs e o respectivo enquadramento. Em 2004-20005 na proposta de reavaliação do PERH o CORHI recomendou que os Comitês considerassem as metas específicas na relação de prioridade. Para fortalecer a Agência da Bacia os critérios passaram pela CT-PG e seriam submetidos à Agência da Bacia para priorizar os empreendimentos com base nos critérios. Conforme constava no anexo I da minuta de deliberação. Houve duas posições divergentes que constariam como destaque de votação em separado para o plenário. Passou a explanar, comentando alguns artigos e incisos da deliberação. E disse " Eu desde já e como sempre faço, acho que por um conjunto de coerência do corpo todo, de você tentar selecionar cada vez mais os melhores projetos, para qualificarmos a gestão, acho que se necessário, então para colocar essa posição, se eventualmente o plenário achar por bem uma explicação melhor, porque as únicas divergências estão em relação ao caso do primeiro destaque, alteração da prioridade 2 educação ambiental para 1, nós estamos falando em termos de gestão da bacia, em termos de critérios e hierarquização e seleção dos empreendimentos do FEHIDRO, em relação ao grande volume que teve o ano passado e mesmo aqueles contratos que tinham alguma dificuldade com esse prazo que foi dado, vão se transformar realmente em contratos, então passou-se a uma prioridade 2, a manutenção do primeiro destaque é para que volte à prioridade 1 para que tenha uma nota maior, o mesmo raciocínio foi usado em relação as contrapartidas para diminuir os intervalos entre as notas, ou seja, embora se reconheça o mérito de todos os projetos, ou pelo menos da intenção dos proponentes a idéia é tentar selecionar os melhores projetos..." A Sra. Violêta Saldanha Kubrusly, Secretaria de Habitação/PMSP, membro da CT-PG, disse "Estávamos escutando as ponderações do Márcio e na verdade a analogia a gente não gostaria que fosse essa Márcio, porque em relação ao Plano da Bacia na verdade não aconteceu dessa forma. Fizemos um acordo para que algumas lacunas importantes fossem transpostas para a peça central do Plano, que na verdade só apareceram com muita pressão e discussão, uma aproximação dos problemas dos PDPAs e LEs entre outros, não saiu do sumário executivo e aprovamos o Plano da Bacia sem esse rebatimento importante. Então não acho que é o melhor exemplo de que depois pode ser ajustado. Seria interessante notar que tem algumas especificidades nos Subcomitês que para essa seleção de empreendimentos talvez valesse a pena ser levado em conta e até houve recentemente uma plenária no Subcomitê Cotia-Guarapiranga onde isso foi muito debatido. E foi enviada uma emenda, uma proposta complementar...". O Sr. Secretário disse, "Violêta talvez eu não me fiz entender. O exemplo que eu dei, em relação ao Plano, que se está fazendo agora a atualização, é que para o ano que vem esperamos obviamente que isso avance. O que colocamos, e você pode ver das reuniões que fizemos quando se estabeleceram as metas específicas, obviamente foi com embase no Plano da Bacia aprovado pelo Comitê e nas especificidades que constam em termos gerais nas APRMs. Não estou dizendo que vamos alterar os critérios no meio do caminho. Estou dizendo que como não temos um novo Plano, que tem uma nova definição e proposta de metas específicas daquelas que a Câmara Técnica em conjunto com a Agência da Bacia propôs ao CORHI para integrar o PERH como Plano da Bacia do Alto Tietê, é o que temos, o que o Comitê aprovou. Estou dizendo que a contratação do Plano de trabalho da atualização do Plano da Bacia que a FUSP está elaborando, se for uma coisa extremamente diferente daquilo que hoje está, o Comitê não anda. Já se avançou em algumas coisas inclusive em termos de regulamentação da LE, em termo da proposição anterior e no ano que vem certamente os critérios que vão ser analisados deverão refletir os fluxos que estão sendo desenvolvidos pelo Plano contratado." O Sr. José Arraes, segmento sociedade civil entidade Mogilar e membro do Subcomitê Cabeceiras disse "...de

qualquer forma eu acho pelo menos inicialmente que isso está desprestigiando o Subcomitê. Esse é o primeiro passo para acabar com os Subcomitês. O projeto de minha região, ninguém melhor que nós conhecemos, e ninguém melhor do que nós podemos dar opinião." Solicitou também que constasse por escrito quais Subcomitês seriam beneficiados com o apoio de R$ 80 mil para adequação, apoio, manutenção e infra-estrutura. O Sr. Terassi, solicitou explicações sobre o hiato de 55 dias até que a plenária conhecesse os critérios. O Sr. Secretário disse, "Os critérios do FEHIDRO foram publicados de imediato. Tivemos de recompor a CT-PG. Oito dias depois, fizemos isso." A Sra. Jumara Bocatto membro do Subcomitê Cotia-Guarapiranga, segmento Municípios pela Prefeitura do Município de Embu-Guaçu, disse que não só ela mas outros não conseguiram acessar o anexo 1. Complementou, "...(o)Subcomitê teve acesso a essa proposta de encaminhamento que ia ser votado hoje e realmente não concordamos, e lá mesmo na nossa plenária eu e outras pessoas redigimos uma proposta a qual me parece que agora já há quorum, e que se aqui for votado gostaríamos de lê-la por inteiro por acreditarmos que os Subcomitê são especiais e é o único Comitê que tem cinco braços porque são regiões que tem características e a Agência da Bacia é um braço técnico e para cada Subcomitê vai caber seu respectivo regional. Essa também é uma discussão que o Subcomitê Cotia-Guarapiranga já vem tendo, e depois não é a pauta de hoje, mas mostrando a importância disso." O Sr. Rui Brasil considerou que o número de metas com três níveis de prioridades era muito grande, e propôs que no futuro focassem mais. Concedeu apoio para que a pontuação fosse efetuada pela Agência da Bacia. "...Não desvaloriza em nada o Subcomitê e eu vou tentar justificar. O Subcomitê tem sua estrutura e ele vai com toda legitimidade fazer os pleitos com os critérios, que ele ajudando aqui, os representantes vão votar nesses critérios. Agora, na medida que os interessados vão participar nesse processo, esse processo fica contaminado. Não temos uma Agência da Bacia para cada Subcomitê, então qual missão da Agência da Bacia ? Com toda independência e sem interesse próprio nesse processo, a missão da Agência da Bacia é verificar os documentos que estão inscritos. (...) nos documentos vão estar só elementos suficientes para se fazer uma pontuação, com base no Plano da Bacia, (...)Se vocês observarem alguns dos critérios eles são subjetivos. Por exemplo a capacitação técnica, como vou pontuar ? E tem outras coisas aqui que são subjetivas. Como vamos garantir uma mesma medida disso, se eu separar isso por seis análises diferente, cinco Subcomitês diferentes e mais a Agência da Bacia no Alto Tietê. A responsabilidade vai ser toda da Agência, mas vamos ter um grau de uniformidade maior. Passando aqui, há um esclarecimento quanto ao nosso Manual. A contrapartida mínima de 20% pode ser liberada pelo plenário do Comitê para empreendimentos de interesse geral de toda a área do Comitê do Alto Tietê, e não de um determinado local." Propôs também através de um artigo o valor mínimo de indicação onerando o FEHIDRO, sugerindo que o plenário analisasse a quantia de R$ 25 mil. E outro artigo para que cada proponente tivesse direito a apenas uma indicação ao FEHIDRO, Parágrafo 1º. A limitação prevista no caput não impede o encaminhamento por um mesmo órgão ou entidade de mais de uma proposta; Parágrafo 2º. Caso um mesmo órgão ou entidade tenha mais de um empreendimento hierarquizado, será indicado apenas aquele que obteve a maior pontuação; Parágrafo 3º. Proposta similares de um mesmo órgão ou entidade apresentado a mais de um Subcomitê serão agrupadas em um mesmo empreendimento pela Agência da Bacia em articulação com o proponente tomador. E para o prazo de encaminhamento que fosse de até 15 dias para o proponente tomador e até 15 dias para a Agência da Bacia. O Sr. Presidente solicitou encaminharem as propostas por escrito ao Sr. Secretário. O Sr. Miron Rodrigues da Cunha, Segmento Sociedade civil entidade CDPEMA e membro da CT-PG disse que desconhecia a discussão do item IV na última reunião da Câmara Técnica, que tirava poder do Subcomitê passando para a Agência da Bacia. O Sr. Nélson Reis, Segmento Sociedade civil entidade AGDS e membro da CT-PG disse, "Tem uma consideração, quer dizer, quando apresentamos e discutimos no plenário da Câmara Técnica a questão da pré análise por parte da Agência da Bacia, nós aprovamos, não é nem o problema da Agência da Bacia, fazer uma pré análise, isso nós aprovamos. Eu até pessoalmente entendo que isso poderia subsidiar os membros da Câmara Técnica dos Subcomitês a fazer uma análise um pouco mais aprofundada. É isso que eu entendi e aprovei como pré análise." Seguiram-se amplos debates em plenária, onde destacamos: Sr. Secretário, "...Estamos falando de empreendimentos a serem selecionados para recursos do FEHIDRO. Nós não estamos tirando poder do Subcomitê. A especificidade do Subcomitê já está feita em relação a distribuição de 70% dos recursos. Os projetos só vão entrar lá para serem

analisados no âmbito específico das Sub-bacias. E mesmo que sejam aplicados os mesmos critérios, porque não existe sub-subconta do investimento do FEHIDRO. Nós temos as indicações até o limite do recurso disposto. O Inciso IV do art. 2º. dividido por cinco Subcomitês até o limite desses recursos seriam as entidades selecionadas com os critérios divulgados, pelo limite. Por um ente que estamos querendo fortalecer e que tem independência em relação ao que os tomadores tem de metas para os próprios empreendimentos. (...) Nenhum dos integrantes da Câmara está querendo tirar atribuições do Subcomitê. Estamos falando só de uma instância julgadora de seleção para projetos que vão ser financiados pelo FEHIDRO. As outras ações e inclusive específicas do Subcomitê, não é a Agência da Bacia que vai fazer. Como por exemplo as delegações do Cotia-Guarapiranga, que tem um pleito, o próprio pessoal está colocando isso em relação ao Comitê." Sr. Arraes, "Se na colocação dessa deliberação, você tivesse feito uma consideração, que por força desse ano especial que estamos passando as contingências de prazo, quanto temos de prazo para examinar todos esses projetos. Uma série de considerações e que excepcionalmente esse ano os projetos não passarão pela Agência da Bacia, podia ser até que a gente mudasse a visão da coisa. Mas do jeito que você colocou aqui, e do jeito que está escrito nessa deliberação, é o grande passo para começar a tirar isso dos Subcomitês nos próximos anos." Sr. Romildo Campello Filho Segmento Sociedade civil entidade Biobrás e Vice Presidente do Subcomitê Cabeceiras "Primeiro deixar registrado em nome da sociedade civil do Subcomitê, que esse raciocínio de que o Subcomitê não deve fazer análise eu sou eminentemente contra. Primeiro que a Agência da Bacia tem o papel auxiliar como braço executivo a política definida neste plenário e no plenário do Subcomitê. Entendo que é interessante que a Agência da Bacia subsidie tecnicamente, classifique oriente tecnicamente, mas a decisão política pela gestão dos recursos hídricos é nossa, devidamente eleitos para isso. (...) Segundo, me causa estranheza chamar de contaminação do processo, dizer que nós gestores estamos de alguma maneira viciando o processo. Acho que não me cabe a carapuça, repudio a colocação. Repudio pela experiência vivida nas Cabeceiras de que não proibimos que Conselheiros, titulares ou suplentes apresentem projetos, mas eles não podem pontuar seus próprios projetos, é norma lá isso, ele analise os outros e o seu ele está impedido de analisar. (...) E também gostaria de discutir com maior profundidade essa questão de limitar em R$ 8 ou R$ 5 mil, o valor mínimo dos projetos. (...)São problemas diferentes com dimensões diferentes e o problema de uma comunidade não é menos importante do que de uma outra instância. Temos de tratar os diferentes de forma diferente. Não podemos fazer uma regra geral de corte, isso é injusto. É injusto tratar os diferentes de forma igual." Sr. Terassi, "... A Agência da Bacia é braço técnico do Comitê, está extrapolando em suas atividades. E não é o momento para falarmos onde eles estão extrapolando. Mas quero aqui dizer ao Presidente que nós não podemos esquecer que no Subcomitê tem autonomia de deliberação. Lá temos um colegiado que tem os Prefeitos, representantes do Estado e da sociedade civil, com capacidade para dizer o que interessa e o que não interessa para região, no território do Subcomitê. Não é justo, respeitando nosso colega Rui Brasil, dizer que na verde, está disponível que os interessado venham aqui. Aqui, Secretário tem uma dificuldade muito grande, lá em nosso território é muito mais fácil nos reunirmos com a comunidade do que vir aqui para o centro de São Paulo. (...) Estamos vivendo uma época que temos de aprender a descentralizar e não centralizar e é isso que na verdade a LE do Guarapiranga fez e estamos tendo dificuldades para regulamentar essa lei, e não é dessa forma centralizar para a Agência da Bacia, Agência da Bacia é órgão técnico, quem manda na Agência da Bacia é esse plenário, não é a Agência da Bacia quem manda no plenário do Comitê não." A Sra. Jumara "...gostaria de ler as alterações indicadas pelo Subcomitê nessa deliberação (...)no artigo 2º. parágrafo Único, O Subcomitê Cotia-Guarapiranga acrescentou que os recursos reservados no Inciso II desse artigo serão objetivo de deliberação do CBH-AT ouvidos os Subcomitês. Uma vez que os recursos são para eles. Artigo III, Ficam aprovados os critérios de pontuação, permanece. Acrescentamos o art. 4º. Os critérios de pontuação para pré seleção e hierarquização da quota parte indicada no Inciso IV do art. 2º., serão estabelecidos pelos Subcomitês. Parágrafo único, Para aplicação dos critérios de pontuação estabelecidos no caput desse artigo os pedidos de financiamentos serão previamente analisados e classificados pelos Subcomitês. Artigo 5º. que entrou no lugar do outro artigo 4º. Para aplicação dos critérios de pontuação estabelecidos no art. 3º. referente aos incisos I,II e III do art. 2º. Os pedidos de financiamentos serão previamente analisados e classificados pela Fundação Agência da Bacia do Alto Tietê. Art. 6º. também acrescentado, Serão desconsideradas para efeito de

indicação na obtenção de financiamento as solicitações que na pré seleção 50% da pontuação máxima. Art. 7º. A Fundação Agência da Bacia do Alto Tietê para subsidiar as análises de pedidos de financiamento poderá solicitar aos tomadores breve exposição dos empreendimentos a ser feita pelos proponentes em data, local, e horário compatíveis com o calendário do CBH e dos respectivos Subcomitês, previamente comunicado aos interessados." Disse também que no Subcomitê Cotia-Guarapiranga o proponente não analisa o seu próprio projeto. O Sr. Carlos Alberto Pinheiro de Souza `Carlão`, representante do segmento Prefeituras pela Prefeitura de Embu e Membro do Subcomitê Cotia-Guarapiranga, relembrou sobre a exigüidade dos prazos para deliberação dos critérios comprometendo dessa forma a qualidade dos projetos a serem apresentados. Solicitou que fossem tomadas providências. Disse o Sr. Rui Brasil " ...só queria fazer uma consideração. Eu entendo é bastante natural a reação e dá uma impressão de perda de poder. Mas acho que vocês estão imaginando que a Agência da Bacia não é suporte a todo o Alto Tietê, ela é só suporte ao plenário do Alto Tietê. As justificativas, eu também acho absolutamente estranho que alguém possa dizer que aqui, que há diferenças, é óbvio que há diferenças. Entre os Subcomitês, todas as regiões. Porém os critérios são os mesmos para todos. Não há um critério para um Subcomitê e um para outro. E cada um que for pontuar vai interpretar, há critérios subjetivos. Se fossem todos objetivos, que qualquer grupo de pessoas de boa fé que fosse analisado e desse essa mesma nota. Não haveria o que discutir. (...)mas acho que o debate pode levar a um entendimento de que Agência da Bacia não possa funcionar como suporte dos Subcomitês, acho que de maneira nenhuma deva haver essa cisão de que está se querendo passar por cima do Subcomitê. Acho que há modelos possíveis de se conciliar isso. O que é importante é que haja uma certa uniformidade para que se possa atribuir esses pesos que ao final serão votados no plenário. Que é de interesse da bacia." Disse o Sr. Bonfílio A. Ferreira, segmento sociedade civil pela Entidade IPEH, "Um ponto muito importante gente, e quem acabou de sair foi quem patrocinou uma mudança no Manual do FEHIDRO no dia 06/02 que aleijou a competência do Subcomitê por exemplo para poder dispensar a contrapartida naqueles empreendimentos que o Subcomitê entender politicamente relevante que se dispense a contrapartida. Todos aqui têm muita razão de estarem desconfiados. Todos aqui têm muita razão de protestar quando se pretende esvaziar o papel do Subcomitê e temos que fincar bandeira sim e bater com muita força Sr. Presidente, porque a ela que prestamos contas e fazemos os embates junto à nossa comunidade. É fundamental que a gente continue firmando nessa questão de princípio. O Subcomitê tem de manter sua competência. As propostas apresentadas pelo Sr. Rui Brasil da maneira como vieram não são tão singelas. Elas promovem alterações e reformas profundas na maneira de nós enquadrarmos os projetos nesse Comitê. Não são sugestões que podem ser apresentadas assim, de afogadilho, na última hora. Porque um órgão de Estado a Secretaria Executiva deste Comitê de Bacia tinha por obrigação estar na Câmara Técnica discutindo esses critérios para que pudessem ter chegado com a antecedência devida na casa de cada um de nós, para podermos aqui ter a tranqüilidade de decidir e regulamentar uma norma tão séria para a vida e existência desse Forum. Queria pedir como proposta objetiva que todas as contribuições que estão vindo nesse momento fossem devolvidas a Câmara Técnica e que consolidássemos um documento com o consenso que respeite a todos, o papel da Agência da Bacia, que acho que é um papel que tem que ser melhor aprofundado e compreendido." Disse também que deveriam discutir temas relevantes em plenária como o Rodoanel "...São R$ 3 bi, pelo menos meio bi poderiam estar sendo destinados por decisão nossa, para recuperar os mananciais sul, em que se negocia aqui, os Prefeitos tem poder de partilhar e discutir as medidas compensatórias e mitigatórias da obra e garantir qualidade ambiental dentro de seus Municípios." O Sr. Nélson considerou que a proposta do Sr. Rui Brasil tirava poderes dos Subcomitês para analisar projetos apresentados por uma mesma instituição a vários Subcomitês e ao próprio Comitê. "Desde que os projetos tenham conteúdo, venham realmente a resolver problemas de gestão, problemas de planejamento da bacia, quem deve decidir sobre essa questão que sejam os Subcomitês e as Câmaras Técnicas e GTs que tratam dessa matéria. Com isso vou contra a proposta apresentada justificando dessa forma pelo Dr. Rui Brasil." E também como propôs na CT-PG defendeu em plenário os dois destaques a serem votados em separados, alteração na pontuação da contrapartida, e manutenção com prioridade 1 para projetos de educação ambiental, capacitação e comunicação. **O Sr. Presidente acolheu as manifestações e solicitou que a deliberação retornasse à CT-PG para aprimoramento, levando em consideração todas as propostas**

apresentadas. O Sr. Secretário concordou e manifestou que após a reunião da CT-PG convocariam a reunião extraordinária do Comitê para o plenário analisar e votar a deliberação nº. 03/06. Pelos informes a Sra. Lina Aché, segmento Estado, pela SMA, convidou todos para o lançamento do 3º. Relatório de Qualidade Ambiental do Estado, no Auditório da SMA dia 18/04. A Sra. Eliane Horcaio, segmento Governo do Estado pela SABESP-Assessoria da Secretaria Executiva do Subcomitê Juquery-Cantareira, disse que apesar de não ter atuação técnica no Subcomitê apaixonou-se pelas causas dos recursos hídricos e fazia questão de trabalhos com qualidade e legalidade. Disse, "É a segunda vez que estou participando da discussão de critérios para aprovação dos projetos do FEHIDRO e mais uma vez a pressa em se decidir está prejudicando a qualidade dos trabalhos. Quando vejo essa questão de Subcomitê ou Agência da Bacia para a análise dos projetos, me preocupa, me sinto desconfortável enquanto participante do Subcomitê em não ter mais essa atuação." Propôs que os Subcomitês e a Agência da Bacia fizessem o trabalho conjunto, com a participação dos técnicos da Agência da Bacia indo aos Subcomitê assessorando as Câmaras Técnicas. O Sr. Bonfílio informou sobre as discussões públicas do PL 06/05 referente a gestão Metropolitana, que teria efeitos importantes nas competências dos Comitês de Bacia. A Sra. Violêta endossou e louvou o trabalho da Sra. Eliane Horcaio cumprindo um papel de ligação entre os Subcomitês através da comunicação. O Sr. Presidente solicitou uma salva de palmas em reconhecimento ao trabalho. Na finalização dos trabalhos o Sr. Nélson solicitou que as Secretarias Executivas colaborassem efetivamente, assim como o fez o Subcomitê Cotia-Guarapiranga e CBH-AT, enviando Atas, deliberações e debates para o projeto aprovado anteriormente pelo Comitê, Sistema de Informação e Comunicação do Alto Tietê. Tendo sido cumprida a pauta dos trabalhos o Senhor Junji Abe Presidente do CBH-AT, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. A presente Ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião. PRESIDENTE VICE-PRESIDENTE SECRETÁRIO EXECUTIVO